



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

REQUERIMENTO N° /2013 (Do Sr. AMAURI TEIXEIRA)

**Requer a realização de audiência pública
para debater descentralização do Banco
Central do Brasil.**

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos art. 117, combinado com o art. 255 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública debater para debater descentralização do Banco Central do Brasil.

Serão convidados:

Ministro da Fazenda;

Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão;

Ministro do Trabalho;

Presidente do Banco Central;

Diretor de Relações Externas do Sinal do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Banco Centro - SINAL - José Ricardo da Costa e Silva;

Presidente do Sistema das Cooperativas do Brasil – SICOOB - Marden Soares.

JUSTIFICAÇÃO

O Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central têm diuturnamente nos cobrado para que trabalhemos pela descentralização e fortalecimento da presença desta instituição nas regiões do Brasil.

No final da década de 90, estimulado pelos ventos neoliberais que varriam o mundo desde os anos 80 e mais notadamente o Brasil nos anos 90, iniciou-se no Banco Central do Brasil um processo de centralização de suas ações que tinham intuito de reduzir a presença do Banco Central nas regionais, concomitantemente com o processo de concentração bancária na região sudeste, notadamente nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Por isto hoje, tirando as regionais de São Paulo e Rio de Janeiro, as regionais do Banco Central estão mingando ou em mesmo em via de extinção.



De fato o projeto neoliberal tinha intenção de ir além dessa concentração, ele tinha implicitamente a intenção de reduzir o Banco Central à missão de fazer política monetária, deixando a regulamentação e fiscalização do sistema financeiro a cargo de outra instituição. Isto levaria a extinção da presença do Banco Central nas regionais e sua transformação em um pequeno escritório em Brasília.

Mudaram no mundo pela falência deste modelo que deixava o sistema financeiro livre para atuar como queria, o que levou à maior crise financeira da história da humanidade, da qual ainda não nos livramos totalmente. Mudou no Brasil, pelo desejo da sociedade brasileira de construir um país mais inclusivo e democrático.

Dentro deste projeto de dar suporte a uma sociedade democrática e inclusiva, não é possível mais abdicar de se ter um Banco Central com presença forte em todas as regiões do País.

Todos os estudos de especialistas no Brasil e no exterior apontam para a importância de acesso a serviços financeiros e bancários como condição indispensável para o desenvolvimento econômico e social. Não é possível sair da pobreza e dar condição à criatividade e à ação inovadora das comunidades mais carentes, sem a presença de instrumentos de intermediação financeira.

O Brasil está tão consciente desta necessidade que o próprio Banco Central iniciou há cerca de dez anos um movimento em favor do microcrédito, da microfinança e da inclusão financeira.

Os passos em favor da inclusão financeira tem um papel revolucionário na vida dos brasileiros. Permite que gênios criativos de comunidades pobres encontrem apoio financeiro para financiar suas ideias.

A inclusão financeira é o acesso aos serviços financeiros adequados à necessidade das pessoas e dos negócios em todo o Brasil. A inclusão financeira é uma extensão aos programas assistenciais de emergência, que permite a inclusão das comunidades mais pobres no processo de criação de valor para toda a sociedade. Ajuda na emancipação do ser humano e das comunidades que tem menor acesso aos ganhos sociais. Isto muda toda a história deste país.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Mas não é possível fazer inclusão financeira sem a presença do Banco Central perto de quem precisa de suporte, orientação, fiscalização. Cooperativas, instituições de microcrédito, consórcios, financeiras, empresas de fomento mercantil e mesmo agência bancárias precisam da regulamentação e da supervisão do Banco Central.

É preciso proteger o consumidor de serviço financeiro. Os contratos de crédito costuma ser de uma complexidade que mesmo cidadãos com alto grau de conhecimento têm dificuldade de compreender. Incluir significa permitir que cidadãos com baixo poder aquisitivo e baixo grau de instrução se exponham a este tipo de contratos. Se não forem bem orientados, protegidos e apoiados, as consequências podem ser desastrosas para a sociedade, em especial para os menos favorecidos. Cadê o Banco Central?

Queremos avançar no projeto de inclusão financeira, queremos ter um sistema financeiro que apoia as iniciativas da sociedade, que apoia a inovação tecnológica em todas as frentes, que fiscaliza e pune as instituições financeiras que não adotam conduta condizente como o respeito ao cidadão.

Para termos uma sociedade mais inclusiva e democrática se impõe não o estancamento do processo de centralização do Banco Central do Brasil. Em prol dessa sociedade inclusiva e democrática, que valoriza o ser humano e suas conquistas, impõe-se a descentralização das atividades do Banco Central, com o fortalecimento das regionais existentes e a ampliação da presença desta Instituição nos principais centros do país, em especial nas regiões menos desenvolvidas, como o norte e no nordeste do Brasil.

Para isto, trazemos a vossa excelência o pedido para promovermos uma audiência pública para debater a importância do fortalecimento da presença física do Banco Central do Brasil nas diversas regiões do Brasil para fortalecer e proteger o processo de inclusão financeira que pode permitir uma verdadeira e espontânea revolução social em nosso país.

AMAURI TEIXEIRA
Deputado Federal (PT-BA)